

Direitos e cidadania

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo serão discutidos os direitos para todos, os direitos civis, políticos e sociais e a cidadania hoje.



PÚBLICO ALVO:

Alunos da 2ª série do ensino médio.



DURAÇÃO:

4 aulas.



EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM:

- As leis, os direitos e deveres dos indivíduos surgiram com as primeiras sociedades do Estado organizado.
- A Inglaterra foi pioneira ao criar leis escritas que garantissem os direitos de seus súditos.
- As sociedades capitalistas modernas estipularam direitos civis aos seus cidadãos, como a liberdade de culto, de pensamento, de locomoção e de trabalho.
- A ONU redigiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, baseada nos princípios iluministas da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, como forma de pôr fim aos horrores das guerras mundiais na primeira metade do século XX, estendendo esses direitos a todas as pessoas do planeta.
- Ser cidadão hoje é ter garantidos todos os direitos civis, políticos e sociais que asseguram a possibilidade de uma vida digna.
- O sociólogo inglês Thomas H. Marshall classificou a cidadania em formal e real ou substantiva.
- Hoje existem outros direitos além dos humanos, como direitos do consumidor, dos idosos, das crianças, das mulheres, das minorias étnicas e homossexuais, dos animais e do meio ambiente.



EIXO TEMÁTICO PRESENTE NA PROPOSTA:

Conscientização e cidadania. Formas de participação e direitos do cidadão.



RECURSOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS:

- Lousa.
- Giz ou marcadores para quadro branco.
- Sala de vídeo.
- Datashow.

PREPARAÇÃO

As Ciências Sociais são, a seu modo subjetivo de analisar, formadoras de opinião. Atividades como debates, análises, resenhas de filmes e seminários são fundamentais para o exercício da opinião. É importante, porém, que os alunos associem suas opiniões a argumentos válidos. A sugestão é exibir o filme Hotel Ruanda.

AULA 1

A Sociologia entende a importância de analisar a relação entre direitos e cidadania na história das sociedades. Praticamente desde que o homem passou a viver em sociedade e instituiu diferentes formas de Estado, houve alguma forma de controle da sociedade, através de leis e normas. As leis dos babilônios foram concebidas por Hamurabi em seu famoso código, no século XVIII a.C., e as normas que regiam a vida dos atenienses estavam contidas nas leis de Clístenes, no século VI a.C. Nenhuma delas tratava de direitos humanos, que só foi pensado a partir do século XIII, na Inglaterra. Para obter o apoio incondicional de seus súditos, os soberanos ingleses precisaram fazer concessões (algumas vezes contra sua própria vontade), concedendo direitos aos ingleses para que estes lhes garantissem viver com dignidade e humanidade. No século XVIII, influenciadas por filósofos e pensadores iluministas ingleses e franceses, as colônias inglesas da América do Norte se tornaram independentes. Os documentos que garantiam os direitos dos cidadãos dos Estados Unidos ainda promoviam distinções, já que permitiam diversos tipos de liberdade, mas mantinham a escravidão. A Revolução Francesa iniciada em 1789 (página 175), produziu a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, porém, os direitos expressos nesse documento não se estendiam às mulheres. Os documentos originados da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa foram as bases para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela ONU após as atrocidades cometidas até a metade do século XX, e seus direitos se estenderam a todos os seres humanos do planeta. Os chamados contratualistas (por elaborarem contratos entre o indivíduo e o Estado), como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau (páginas 175 e 176) concordavam que a igualdade era uma grave ameaça aos interesses e privilégios burgueses e capitalistas. Em outras palavras, as pessoas não eram iguais porque nasciam iguais e livres, mas porque tinham os mesmos direitos perante a lei, feita por quem dominava a sociedade. Discutia-se se a liberdade e a igualdade poderiam conviver ou seria necessário encolher uma entre elas. Como a sociedade capitalista funciona

e se desenvolve movida pela desigualdade, a liberdade foi divulgada como o maior valor, deixando-se a igualdade de lado. Para Karl Marx a concepção de cidadania/cidadão seria uma representação burguesa do indivíduo. Segundo ele, os direitos humanos não são uma dádiva da natureza, mas o resultado da luta contra os privilégios que se transmite hereditariamente. Na visão de Émile Durkheim, a cidadania está vinculada à questão da coesão social estabelecida com base na solidariedade orgânica. Ao participar da solidariedade social, levando em conta as leis e a moral vigentes em uma sociedade, o indivíduo desenvolve plenamente sua cidadania. Segundo Max Weber a ideia de cidadão e cidadania está vinculada ao nascimento da cidade moderna nos primórdios do capitalismo. Para ele, a cidadania seria uma forma de pertencimento a determinado espaço urbano, no qual os valores burgueses têm mais evidência (página 176 e 177).

AULA 2



Para o sociólogo inglês Thomas H. Marshall (página 177) a questão da cidadania só começou a aparecer nos séculos XVII e XVIII, e ainda assim de forma muito sutil e discreta, por meio da formulação dos chamados direitos civis, que eram basicamente o direito à liberdade de culto e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, a liberdade contratual, a escolha do trabalho e da justiça. Nem todos gozavam desses direitos, pois o cidadão pleno, na época, era aquele que possuía bens e terras. Os direitos políticos surgiram primeiro na formação do Estado democrático e representativo e envolvem os direitos eleitorais (votar e ser votado para cargos públicos), o direito de participar de associações políticas, como partidos e sindicatos, e o direito de protestar. Considerados parte dos direitos civis, os direitos políticos foram reivindicados no século XVIII, mas na maioria dos países ocidentais só se efetivou no século XX, quando o direito de voto foi estendido às mulheres e aos analfabetos (páginas 178 a 180). No século XX, também foram discutidos os direitos sociais. Os indivíduos passaram a ter direito à educação básica, assistência à saúde, programas habitacionais, transporte coletivo, sistema previdenciário, programas de lazer, acesso ao sistema judiciário etc. Os direitos civis, políticos e sociais estão assentados no princípio da igualdade, mas não podem ser considerados universais, pois são vistos de forma diferente em cada país e em cada época. No fim do século XX e início do século XXI, consolidaram-se outros direitos como os direitos dos consumidores, dos idosos, das mulheres, das crianças, das minorias étnicas e homossexuais. Também surgiram os direitos dos animais e do meio ambiente. Ser cidadão hoje é ter garantidos todos os direitos civis, políticos e sociais, que asseguram a possibilidade de uma vida digna. Esses direitos não foram concedidos pelos dominantes, mas são fruto de lutas constantes ao longo de séculos e hoje estão incorporados às leis, ao discurso das autoridades e ao imaginário de sonhos e lutas da população em geral. Marshall propôs uma análise da evolução da cidadania,

pois as sociedades contemporâneas apresentam um grau de complexidade e de desigualdade tão grandes que dividir os direitos em civis, políticos e sociais já é insuficiente para explicar a sua dinâmica. Assim, pode-se considerar dois tipos de cidadania: a formal, documentada na Constituição e em outras leis específicas de cada país, e a real ou substantiva, que está presente no dia a dia da sociedade.

AULA 3 E 4

Utilize estas aulas para exibir o filme Hotel Ruanda, que conta a história real de Paul Rusesabagina, um homem que conseguiu evitar o genocídio de mais de 1.200 indivíduos da etnia tutsi pelos membros da etnia hutu, abrigando-os em seu hotel na capital de Ruanda, Kigali. O cenário é a guerra civil em Ruanda na década de 1990. Em seguida à apresentação, peça aos alunos que elaborem uma resenha crítica do filme.

ACOMPANHAMENTO DE APRENDIZAGEM

Os alunos deverão responder às questões do tópico Cenário dos direitos e da cidadania (página 181) ou o professor poderá, ainda, elaborar um questionário para verificar se as expectativas de aprendizagem foram atingidas.